



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2014.0000230109

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0072784-49.2012.8.26.0100, da Comarca de São Paulo, em que é apelante AILTON RAYMUNDO LOPES (JUSTIÇA GRATUITA) e é apelada PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 28ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: DERAM PROVIMENTO AO APELO. V.U., de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO (Presidente) e DIMAS RUBENS FONSECA.

São Paulo, 16 de abril de 2014.

Celso Pimentel
relator
Assinatura Eletrônica

Voto nº 26.647
Apelação nº 0072784-49.2012.8.26.0100
28ª Vara Cível do Foro Central da Capital
Apelante: Ailton Raymundo Lopes
Apelada: Porto Seguro Cia de Seguros Gerais
28ª Câmara da Seção de Direito Privado

Reconhecido o cerceamento de defesa,
anula-se a sentença para a perícia pelo
IMESC.

Autor apela da respeitável sentença que
lhe julgou improcedente demanda por indenização de seguro
obrigatório. Reclama de cerceamento de defesa, à falta de perícia
para aferir o grau de invalidez.

Dispensava-se preparo e veio resposta.

É o relatório.

O laudo do Instituto Médico Legal nega
que o autor, vítima de acidente de trânsito, apresente “incapacidade
permanente” ou “enfermidade incurável”, mas não contém
fundamentação (fl. 24).

Por isso, impõe-se perícia pelo IMESC,
fim para o qual, reconhecendo-se o cerceamento de defesa com
anulação da respeitável sentença, dá-se provimento ao apelo.

Celso Pimentel
relator